

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

PARA ALÉM DE ELEIÇÕES REGULARES: DEBATE SOBRE O CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ayolsé Andrade Pires dos Santos, Etiene Villela Marroni

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6879>

Submetido em: 2023-09-17

Postado em: 2023-09-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PARA ALÉM DE ELEIÇÕES REGULARES: DEBATE SOBRE O CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ayolsé Andrade Pires dos Santos
<https://orcid.org/0000-0003-1696-2354>
ayolsesantos@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPel), Pelotas, RS, Brasil

Etiene Villela Marroni
<https://orcid.org/0000-0001-8067-5865>
evmarroni@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPel), Pelotas, RS, Brasil

RESUMO: Após a tomada de independência em julho de 1975, São Tomé e Príncipe viveu sob um regime monopartidário. Dado o fracasso socioeconômico, verificado durante os 15 anos do monopartidarismo, e conflitos políticos entre membros do partido impulsionaram o processo de democratização no país em 1990. Passados mais de 30 anos da implementação da democracia, verificaram-se diversas falhas no seu processo. Por mais que a democracia em São Tomé e Príncipe tenha se reestruturado, a organização do Estado não conseguiu dar respostas aos problemas sociais que assolam o país. Desde que foi implementada a democracia, o país tem realizado eleições regulares, sem quaisquer conflitos de reconhecimento ou aceitação dos resultados das eleições entre os partidos, o que comprova, de certa forma, o bom funcionamento da democracia. Nesse contexto, pergunta-se: por que São Tomé e Príncipe, sendo um país democrático e com eleições regulares, o subdesenvolvimento tem sido sua principal característica? Por meio do método de análise bibliográfica, este estudo objetivou, de modo mais amplo, a uma reflexão do atual estado da democracia em São Tomé e Príncipe e a sua incapacidade na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se: a) discutir a instabilidade política, que configura obstáculo ao avanço da democracia e b) verificar a fraca participação da sociedade civil no sistema democrático que contribui para o atual estado de pobreza em São Tomé e Príncipe. Nesse estudo, os dados coletados e analisados foram dados secundários, o que permitiu a elaboração de gráficos e tabelas viabilizando a nossa análise.

Palavras-chave: Democracia, Instabilidade Política, Subdesenvolvimento, São Tomé e Príncipe.

BEYOND REGULAR ELECTIONS: A DEBATE ON THE DEMOCRATIC CONTEXT IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

ABSTRACT: After gaining independence in July 1975, São Tomé and Príncipe lived under a one-party regime. Given the socioeconomic failure during the 15 years of single-party rule and political conflicts between party members, the country boosted the democratization process in 1990. More than 30 years after the implementation of democracy, there were several failures in this process. No matter how democracy in São Tomé and Príncipe has been restructured, the organization of the State has failed to respond to the social problems that plague the country. Also, since democracy was implemented, the country has held regular elections without any conflicts of recognition or acceptance of election results between parties, which proves in a certain way, the good functioning of democracy. In this context, the question arises: why is São Tomé and Príncipe as a democratic country with regular elections, underdevelopment has been its main characteristic? Using the bibliographic analysis method, this study aimed mainly by reflecting on the current state of democracy in São Tomé and Príncipe and its inability to promote socioeconomic development. As for the specific objectives, the aim was to: a) discuss political instability which constitutes an obstacle to the advancement of democracy and b) verify the weak participation of civil society in the democratic system that contributes to the current state of poverty in São Tomé and Príncipe. In this study, the data collected and analyzed were secondary data, which allowed the creation of graphs and tables to enable our analysis.

Keywords: Democracy, Political Instability, Underdevelopment, São Tomé and Príncipe.

INTRODUÇÃO

No campo da Ciência Política, diversos estudos têm apontado a democracia como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento dos Estados. Embora a democracia tenha sido alvo de diferentes transformações ao longo dos tempos, é consenso de que, conforme Schumpeter (1984) a democracia, como método, não compreende a totalidade do termo, levando a um reducionismo. Na concepção de Dahl (1997), embora fique evidente a impossibilidade de uma democracia direta, encontramos na “Poliarquia” o fundamento para a consolidação de uma verdadeira democracia. Autores, como Carole Pateman (1992) e Boaventura de Souza Santos (2002), trazem em seus estudos elementos para que pensemos uma democracia mais inclusiva e participativa que, de acordo com Santos (2002), é conhecido como democratizar a democracia. Nesse sentido, a democracia deve ser entendida para além de um método ou, meramente, a forma de eleger um governo.

O avanço nos estudos sobre a democracia, sobretudo na contemporaneidade, revela novos significados à democracia. Muito mais que escolher quem governa, é para quem se governa (Pateman, 1992). Se de fato a democracia significa o poder do povo, os representantes, hoje eleitos por meio de sufrágios, representam e governam para o povo. Muito embora na prática isso não se dê como na teoria, colocando em cheque a contradição da democracia, é para o povo e pelos interesses do povo que se deve governar (Rancière, 2014). É especificamente sobre esse aspecto que a democracia, existente em São Tomé e Príncipe, encontra a sua contradição.

Após a tomada de independência em 12 de julho de 1975, São Tomé e Príncipe viveu sob um regime monopartidário, caracterizado por um Estado forte, no qual o presidente da República tinha o total controle das instituições estatais (Cruz, 2014). Dado o fracasso socioeconômico, verificado durante os 15 anos sob um partido único, alicerçado no modelo socialista soviético, conflitos políticos entre membros do partido impulsionaram o processo de redemocratização no

país em 1990 (Cruz, 2014; Seibert, 2015, Temudo, 2008). Passados mais de 30 anos da implementação da democracia, verificaram-se diversas falhas, se observarmos o contexto conforme estudos de Dahl (1997). Por mais que a democracia em São Tomé e Príncipe tenha se reestruturado, a organização do Estado não conseguiu dar respostas aos problemas que assolam a sociedade São-Tomense. Nota-se que a prática democrática tem funcionado muito mais como um simples método do que governo do povo.

Não obstante, o país possui características que possibilitariam um amadurecimento democrático em curto prazo, mas que não tem sido aproveitado. Baixa demografia, alta taxa de alfabetização, pouca extensão territorial, existência de recursos naturais, solo propício para atividades agrícolas, bem como um clima favorável. São Tomé e Príncipe é um pequeno país, com uma população que se aproxima a 210 mil habitantes, localizada a oeste do Continente Africano (Golfo da Guiné), composto por duas ilhas principais (ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe), além de algumas pequenas ilhotas. Possui uma economia primária, cujo principal produto de exportação é o cacau; porém, os altos déficits na balança comercial têm condicionado o país à dependência de ajuda externa. A má gestão dos bens públicos, corrupção, clientelismo, instabilidades políticas, associados à baixa capacidade estatal e burocrática, são fatores que, atualmente, caracterizam o Estado São-Tomense, contribuindo para a atual condição de pobreza generalizada no país (Minezes, 2015; Cruz, 2014; Santos, 2022). Associada à implementação do multipartidarismo em 1990, adotou-se um regime semi-presidencialista de cunho presidencial (Seiberth, 2009; Cruz, 2014). Esse sistema desencadeou diversas instabilidades políticas levando a demissão de vários governos. Os deputados são-tomenses entendiam que a constituição de 1990 deu poderes ao presidente de interferir nas ações do governo, assim, a solução seria uma revisão constitucional limitando os poderes do presente. Os presidentes na época foram contra essa solução, o que culminou num alastramento dos conflitos. Apenas em 2003 houve o consenso entre os diferentes partidos com assento parlamentar permitindo a revisão constitucional limitando o poder do presidente, sendo o principal, o de demitir o governo sem o consenso parlamentar. Não obstante isso, os problemas de instabilidade prosseguiram uma vez que, a partir dessa revisão o próprio parlamento através de moção de censura deixou cair governos e, quando não conseguiram, criaram tempestades no funcionamento da democracia (Seiberth, 2009; Cruz, 2014).

Observa-se que as instabilidades políticas em São Tomé e Príncipe transcendem problemas ligados às inconstitucionalidades do funcionamento dos órgãos da soberania. Percebeu-se, dada ao pequeno país, rancores das relações conflituosas que vem desde os tempos dos processos de lutas pela independência do país. Foram raras vezes em que uma demissão do governo esteve baseada na má gestão dos recursos públicos, ou seja, o não atendimento às necessidades do povo (Cruz, 2014). Isso por sua vez, tem criado ambiente fértil para questões de clientelismo e corrupção, aspectos fortes na realidade política são-tomense. Por outro lado, o subdesenvolvimento generalizado que caracteriza o país, demonstra o fracasso do Estado na promoção de melhorias de condições de vida, além de um alto custo de vida (em 2021 e 2022 a taxa de desemprego permaneceu em 15,3%, já tendo permanecido em torno de 16,2% a 16,6% entre 2005 a 2007).

Por meio do método de análise bibliográfica, este estudo propõe-se, de modo mais amplo, a uma reflexão do atual estado da democracia em São Tomé e Príncipe e a sua incapacidade na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: a) discutir a instabilidade política, que configura obstáculo ao avanço da democracia e b) verificar a fraca participação da sociedade civil no sistema democrático que contribui para o atual estado de pobreza em São Tomé e Príncipe.

Desde que foi implementada a democracia, o país realiza eleições regulares, sem quaisquer conflitos de reconhecimento ou aceitação dos resultados das eleições entre os partidos, o que comprova, de certa forma, o bom funcionamento da democracia no país. Nesse contexto,

pergunta-se: por que São Tomé e Príncipe, sendo um país democrático e com eleições regulares, o subdesenvolvimento tem sido a principal característica da sua sociedade? A hipótese principal, que sustenta esse estudo, vale-se de um conjunto de fatores: má gestão dos bens públicos, corrupção, clientelismo, fraca participação da sociedade civil no processo democrático, instabilidades políticas, associadas à baixa capacidade Estatal e burocrática, são fatores que respondem às dificuldades que o país tem encontrado no seu processo de desenvolvimento.

Esse estudo visa contribuir com debates sobre a atualidade do cenário político em São Tomé e Príncipe a partir do campo da Ciência Política. Assim, o trabalho está dividido em três partes além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, é apresentado o processo de democratização em São Tomé e Príncipe, identificando as causas das instabilidades políticas após a implementação da democracia que levaram às sucessivas quedas de governo. A seguir, traz-se uma análise da participação da sociedade civil no sistema democrático, buscando entender seu modo de atuação e suas contribuições para a garantia do Estado Democrático de Direito. Por fim, é apresentada uma reflexão sobre a problemática do subdesenvolvimento, algo que vem caracterizando o país desde sua “independência”.

1. O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O processo de democratização em São e Príncipe se deu de uma forma pacífica sem ocorrência de luta armada como se verificou em outros países da África subsariana. Embora a implementação da democracia não tenha ocorrido de espontânea vontade dos políticos dirigentes, os mesmos facilmente conseguiram por meio de diálogo chegar ao consenso para a implementação da democracia em 1990. Fatores como conflitos de entendimento entre os dirigentes do partido único na altura, o fraco crescimento econômico que se registrava na época e a pressão da comunidade externa notadamente o Fundo Monetário internacional e a França, foram os fatores que levaram a democratização do sistema político (Seiberth, 2009; Cruz, 2014). Conflito de interesses entre os dirigentes integrantes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fragilizou o movimento ao ponto de não conseguirem manter uma unidade entre seus integrantes. Isso, por sua vez, poderia levar ao conflito armado se não chegassem o mais rápido ao consenso sobre implementação do multipartidarismo.

Foi dessa forma que, ao chegarem em consenso entre os integrantes do MLSTP que:

“Em 22 de Agosto de 1990, a Constituição democrática, tendo por base o modelo constitucional português, elaborada com a assistência do constitucionalista Jorge Miranda e financiada pela cooperação portuguesa, foi ratificada por referendo popular. Neste referendo, 81% dos eleitores votaram favoravelmente a entrada em vigor da nova Constituição (34 348 votos, de um total de 42 274 votantes)” (Seiberth, 2009, p. 203).

Esse início da democracia em São Tomé e Príncipe por ter começado por meio de um referendo, nos certifica de que foi a vontade do povo que o país se democratiza. A Constituição de 1990 instituiu um sistema semipresidencialista de pendor presidencial, estabeleceu a criação dos órgãos da soberania, são eles: o Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e os tribunais. Nesse novo sistema, o presidente não governa, tendo esse poder ficado a cargo do primeiro ministro. O primeiro-ministro é chefe de governo e é indicado a assumir o cargo pelo partido mais votado nas eleições legislativas, uma vez que é o partido mais votado que formaria o governo. Já o presidente da república, é um órgão representativo, que é eleito por meio de voto direto para um mandato de cinco anos diferente do governo que tem um mandato de quatro anos. Há uma discussão acerca da forma como se dá a escolha do governo, alguns presidentes alegavam que era o presidente quem deveria governar por ser o único eleito diretamente pelo povo, e por

assim ser é o único que de fato representa o povo (Seiberth, 2009; Cruz, 2014). A disputa pelo poder entre o presidente e o governo e posteriormente má relação entre o parlamento e o governo constitui o centro das instabilidades políticas, assunto a ser abordado no tópico a seguir.

Em 1991 ocorreu as primeiras eleições democráticas. Com a nova constituição surgiram novos partidos políticos o MLSTP transformou-se no partido social democrata passando a ser designado MLSTP/PSD. Na época da transição já existiam rupturas dentro do MLSTP, foi assim que, com a implementação do multipartidarismo, os antigos integrantes do MLSTP criaram novos partidos, além dos outros criados por são-tomenses que residiam na diáspora de modo a concorrer às eleições legislativas de janeiro de 1991. Cruz (2014), salienta que:

Nas primeiras eleições concorreram além do MLSTP/PSD: a Coligação Democrática da Oposição (CODO), que era formada por pequenos grupos de oponentes ao regime socialista exilados em Lisboa; a Frente Democrática Cristã (FDC), fundada por golpistas de 1988, entretanto amnistiados; e, por último, o Partido de Convergência Democrática (PCD-GR), como já referido, formado principalmente por dissidentes do MLSTP desde a descolonização, um partido que surgiu na sequência de um grupo de reflexão. No seu primeiro congresso, o GR transformou-se em partido PCD-GR e elegeu o antigo ministro de defesa e segurança nacional e antigo membro do bureau político do MLSTP, Daniel Daio, como secretário geral e Leonel Mário d'Alva, antigo chefe de Governo de transição (1974-1975), como Presidente do partido (Sanches, 2010, p. 5-6 apud Cruz, 2014, p. 27).

Nessa eleição o partido Partido de Convergência Democrática (PCD-GR) saiu vitorioso conquistando 33 deputados de 55 total que compõem o parlamento. Nas eleições legislativas,

[...] os deputados à Assembleia Nacional são eleitos em círculos eleitorais plurinominais, dispondo cada eleitor de um voto e a conversão dos votos em mandatos faz-se segundo um sistema da representação proporcional da média de Hondt (art.º 23.º e art.º 24 Lei Eleitoral de 1990)¹. O território de STP foi organizado em 7 círculos eleitorais sendo (Água Grande e Mé-Zóchi, os dois maiores círculos e representam aproximadamente 50% dos mandatos, depois temos, Cantagalo, Cauê, Lembá, Lobata, Paguê) (Lei Eleitoral N°11/90) (Cruz, 2014, p. 23).

Já a primeira eleição presidencial, ocorreu em março do mesmo ano contando com apenas um candidato. Miguel Trovoada,

Um dos co-fundadores do MLSTP em 1972. Primeiro-ministro desde 1975, foi detido em 1979 sob acusações de ter planeado um golpe de Estado. Ficou preso, sem acusação e julgamento, até 1981, quando se exilou em Paris. Voltou a São Tomé em maio de 1990, como candidato presidencial, apoiado pelos partidos da oposição, o PCD-GR e a Coligação Democrática de Oposição (CODO) (Seiberth, 2009, p. 208).

Com 82% de votos, foi o primeiro presidente eleito por voto direto, para um mandato de cinco anos, tendo sido reeleito em 2006. De acordo a Constituição de São Tomé e Príncipe (CSTP),

O presidente da República é eleito por sufrágio directo por cinco anos e um máximo de dois mandatos consecutivos (CSTP, 1990, artigos 74.º e 75.º). Se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos, procede-se a uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados no vigésimo primeiro dia depois da primeira volta (lei Eleitoral de 26-11-1990, artigo 14) (Seiberth, 2009, p. 206).

Conforme Seiberth (2009, p.204), por mais que se tenha realizado eleições democráticas desde 1991, tendo os candidatos respeitando os resultados das eleições, a democracia são-tomense tem apresentado "fracas capacidades institucionais e uma instabilidade política que se tem refletido

¹ Para maiores consultas acessar

<https://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/legislacao/eleitoral/Lei%2011%2090%20DR%2017.PDF/view>

em frequentes mudanças de governo”. De 1991 a 2014, nenhum governo cumpriu os quatro anos do seu mandato tendo sido demitido pelo presidente, por moção de censura e outros que se demitiram por iniciativa própria. Foi somente a partir de 2015 a 2022 que o governo conseguiu cumprir todo o mandato. E, no momento em que se escreve este artigo, o governo atual conseguirá cumprir todo o mandato, uma vez que o partido Ação Democrática Independente (ADI) que formou o atual governo saiu vitorioso da última legislativa em setembro de 2022 com uma maioria absoluta de 30 deputados, contra 18 deputados do MLSTP/PSD, dois do movimento “Basta” e cinco deputados da coligação entre Movimento de Cidadãos Independentes – Partido Socialista/Partido de Unidade Nacional. De 2015 ao momento atual, o que fica claro é que só governará o partido que conseguir uma maioria absoluta de modo a vetar a moção de censura na assembleia.

1.1 Instabilidades políticas e sucessivas quedas de governos

A constituição de 1990 concedeu ao presidente da república certo poder sobre o governo, o que lhe permitia intervir nos assuntos do governo sem consentimento do parlamento, sobretudo a demissão do governo e destituição da Assembleia Nacional em caso de crises maiores (Seiberth, 2009; Cruz, 2014). Foi assim que um ano após as primeiras eleições, o presidente da república Miguel Trovoada demitiu o primeiro governo liderado por Daniel Daio membro do PCD-GR. A justificativa do presidente foi de que existia um mau entendimento entre esses dois órgãos e que o governo questionava frequentemente os poderes do presidente, ocasionando um mau relacionamento (Cruz, 2014). O PCD viu com maus olhos esse ato e desde então as relações do partido com o presidente não foram as mesmas. A partir desse momento foram feitas as tentativas para uma revisão constitucional de modo a retirar o poder do presidente de derrubar o governo sem um consenso parlamentar. Mas isso apenas ocorreu em 2003 após o ter ocorrido sucessivas queimadas de governo. Os dois primeiros presidentes após a democratização (Miguel Trovoada 1991- 2001 e Fradique Menezes 2001 - 2011) foram os que mais demitiram o governo com as mesmas justificativas.

Em um discurso proferido pelo Miguel Trovoada alusivo à comemoração do dia da independência em julho de 1997, afirmou que,

[...] existe uma manifesta dificuldade de comunicação entre os responsáveis políticos, que tendem a fechar-se numa espécie de insularidade individual, talvez como reflexo da insularidade geográfica do ambiente, ou então a refugiar-se nos guetos familiares ou partidários, sem grande disponibilidade para a abertura e o diálogo (Santos, 2008, p. 230 apud Cruz, 2014, p. 31).

Logo após o presidente Fradique ter sido eleito, o mesmo demitiu o governo formado pelo MLSTP/PSD, chefiado por Guilherme Pósser da Costa que contava com maioria absoluta no parlamento e nomeou Patrice Trovoada filho de Miguel Trovoada e líder de ADI partido fundado pelo seu país como forma de apoiar os seus ideais. Após esse ocorrido, o MLSTP/PSD foi o partido mais votado e formou o governo liderado por Gabriel Costa. Porém, mais uma vez foi derrubado pelo presidente, com indícios de se tratar de divergência entre o primeiro-ministro e o ministro de defesa que eram de partidos diferentes cujo ministro de defesa era do Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal MDFM-PL, partido do presidente. Mesmo após a revisão constitucional feita em 2003 que passou a permitir a demissão do governo mediante aprovação do parlamento, continuou havendo quedas de governo até 2012 em que o governo formado por ADI dirigido por Patrice Trovoada recebeu moção de censura pela maioria opositora no parlamento. A moção fora aprovada pelo presidente da República na altura, Manuel Pinto da Costa, o primeiro presente durante o único partido. No quadro 1, visualiza-se as principais mudanças constitucionais

sobre os poderes do presidente antes e após a revisão constitucional em São Tomé e Príncipe em 2003². Os dados foram comparados com Cabo Verde, cujo a constituição também foi espelhada na constituição portuguesa.

² Para maiores consultas acessar

<https://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/legislacao/legislacao-constitucional/constituicao.pdf/view>

Quadro 1 - Comparação dos poderes presidenciais nas Constituições de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Portugal

Poderes Presidenciais	STP 1990	STP 2003	Cabo Verde	Portugal
Nomear primeiro-ministro	SIM art. 76.º, g)	Sim art. 81.º, g)	Sim art. 134.º, i)	Sim art. 133.º f)
Exonerar primeiro-ministro	SIM art. 76.º, g)	Não*	Não	Sim art.133.º, g)
Nomear e exonerar membros do governo, sob proposta do PM	SIM art. 76.º, h)	Sim art. 81.º, h)	Sim art. 134.º, 2 d)	Sim art. 133.º, h)
Presidir ao Conselho de Ministros sempre que quiser	SIM art. 76.º, i)	Não art.81º, c)	Não art. 134.º, 2 a)	Não art. 133.º, i)
Dissolver a Assembleia Nacional	SIM art. 76.º, o)	Sim art. 81º, e)**	Sim art. 134º, e); 142.º, 2.º	Sim art. 133.º, e)
Exercer direito de veto	Sim art. 77.º	Sim art. 83º	Sim art. 136.º	Sim art. 139.º
Convocar referendos	Não	Sim art. 80º, d)	Sim art. 134.º, h)	Sim art. 134.º
Iniciativa legislativa	Não	Não	Não	Não
Dirigir a política externa	Sim art. 76.º, b)	Não	Não	Não
Dirigir a política de defesa	Sim art. 76.º, c)	Não	Não	Não
Nomear e exonerar os embaixadores	Sim art. 76.º, k)	Sim art. 82.º, d)	Sim art. 135.º, c)	Sim art. 135.º, a)

* Muito excepcionalmente, sim, depois de ter ouvido o Conselho de Estado.

** Com muitas restrições.

Fonte: Seiberth, 2009, p. 213

Na história política são-tomense, a queda de Patrice Trovoada foi a que mais repercutiu, levando seus apoiadores à rua manifestando contra a moção. Enquanto a oposição alegava mau comportamento do governo, principalmente na figura de Patrice Trovoada. Além disso, houve a alegação de não cumprimento da promessa eleitoral. Já o Patrice Trovoada alegava se tratar de uma ação orquestrada por Manuel Pinto da Costa junto com a oposição para derrubar seu governo (Cruz,

2014). Um slogan na manifestação contra a moção dizia que se Patrice caísse, Pinda da Costa também cairia, frases como “povo põe, povo tira” também marcaram a manifestação. Ainda nesse cenário de crise, Pepê Lima, um dos maiores cantores são-tomense, militante do MLSTP/PSD, lançou duas músicas: “Sun Dentxi Betu” que significa em português “senhor dente aberto”, correspondendo a alguém que está todo momento sorrindo e outra intitulada “Pôvo Bilí Uê”, significando “povo abri os olhos”. As músicas apresentam uma imagem do Patrice Trovoada como um enganador do povo são-tomense. De modo geral entende-se que os conflitos de instabilidade se concentravam muito mais nas pessoas do que nas questões ideológicas.

No quadro 2, visualiza-se, com maior facilidade, as sucessivas quedas de governo do ano da primeira eleição democrática (1991) até 2012, ano que ocorreu a última. Apresenta-se também o levantamento completo de todos os governos até o momento atual.

Quadro 2 - Lista dos governos e sucessivas quedas

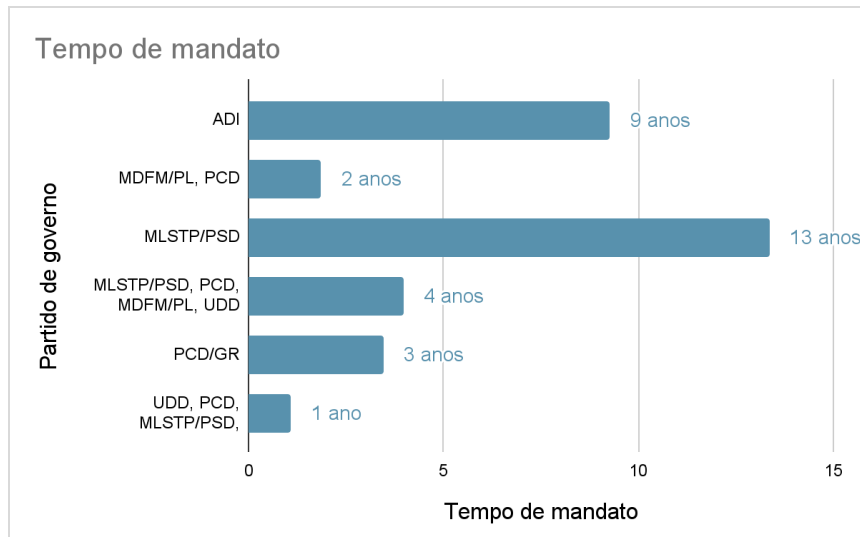
Partido de governo	Início do mandato	Fim do mandato	Nome do líder do governo	Governo no poder através das eleições e sem eleições
PCD/GR	Fevereiro 1991	Maior de 1992	Daniel Daio	Eleito com 33 deputados
PCD/GR	Maior de 1992	Julho de 1994	Norberto Costa Alegre	Substitui o Governo anterior
ADI	Julho 1994	Outubro de 1994	Evaristo Carvalho	Iniciativa presidencial
MLSTP/PSD	Outubro de 1994	Dezembro de 1995	Carlos Graça	Foi eleito com 27 deputados
MLSTP/PSD	Dezembro de 1995	Novembro de 1996	Armindo Vaz de Almeida	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Novembro de 1996	Janeiro de 1999	Raul Bragança de Neto	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Janeiro de 1999	Setembro de 2001	Guilherme Pósser da Costa	Eleito com 31 deputados
ADI	Setembro de 2001	Março de 2002	Evaristo Carvalho	Iniciativa presidencial
MLSTP/PSD	Março de 2002	Outubro de 2002	Gabriel Costa	Eleito com 24 deputados
MLSTP/PSD	Outubro de 2002	Setembro de 2004	Maria Das Neves	Substitui o Governo anterior

MLSTP/PSD	Setembro de 2004	Junho de 2005	Damião Vaz de Almeida	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Junho de 2005	Abril de 2006	Maria de Carmo Silveira	Substitui o Governo anterior
MDFM/PL, PCD	Abril de 2006	Fevereiro de 2008	Tomé da Vera Cruz	Eleito com 23 deputados
ADI	Fevereiro de 2008	Junho de 2008	Patrice Trovoada	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Junho de 2008	Agosto de 2010	Joaquim Rafael Branco	Substitui o Governo anterior
ADI	Agosto de 2010	Dezembro de 2012	Patrice Trovoada	Eleito com 26 deputados
UDD, PCD, MLSTP/PSD, MDFM	Dezembro de 2012	Outubro 2014	Gabriel Costa	Iniciativa presidencial
ADI	Dezembro 2014	Dezembro de 2018	Patrice Trovoada	Eleito com 33 deputados
MLSTP/PSD, PCD, MDFM/PL, UDD	Dezembro de 2018	Novembro de 2022	Jorge Bom Jesus	Eleito com 28 deputados
ADI	Novembro 2022	Em mandato	Patrice Trovoada	Eleito com 30 deputados

Fonte: Adaptado de Cruz, 2014, p. 23

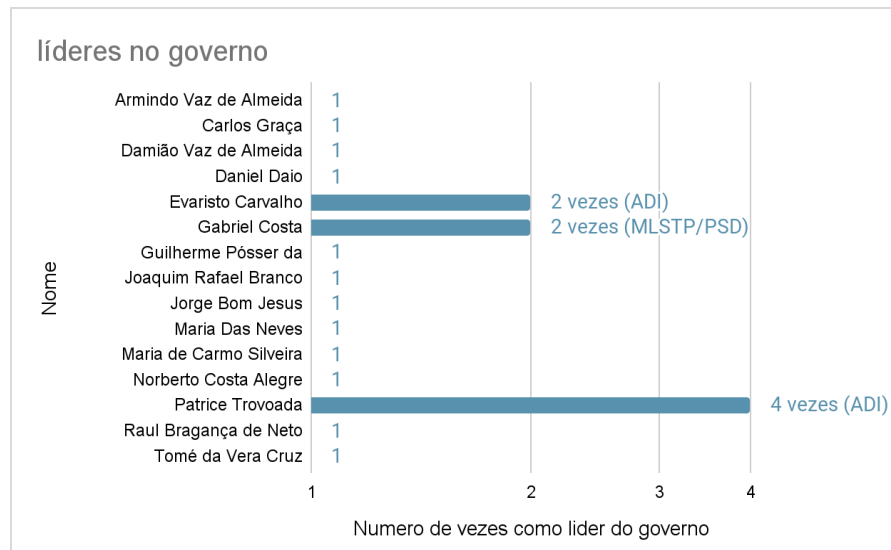
As informações principais que podem ser observadas no quadro 2, são melhor ilustradas nos gráficos 1 e 2. Entendeu-se que o MLSTP/PSD foi o partido que mais formou governo, com 13 anos de mandato; em seguida, aparece a ADI com 9 anos. Também foi constatado que ADI foi o partido que não concorreu em coligações com outros partidos. No gráfico 2 observou-se que Patrice Trovoada ocupou pela quarta vez o cargo de primeiro-ministro pelo partido ADI. Já o MLSTP/PSD apresentou uma maior rotatividade.

Gráfico 1 - Relação entre partido no governo e tempo de mandato



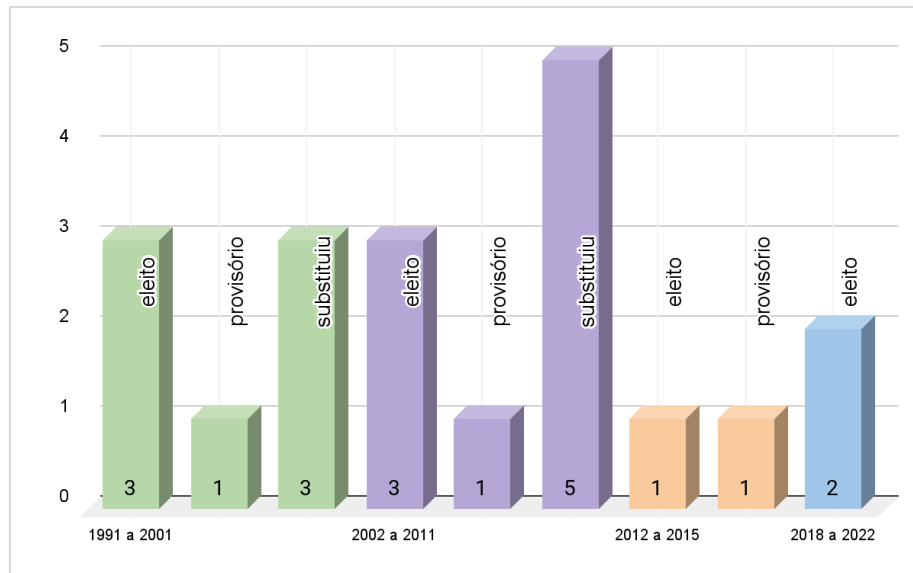
Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 - Líderes no governo



Fonte: Elaborado pelo autor

É possível observar no gráfico 3 que o período compreendido entre os anos de 1991 a 2014 foi marcado por instabilidades. Somente a partir de 2015 os governos começaram a cumprir todo o mandato.

Gráfico 3 - Governo no poder através das eleições e sem eleições.

Fonte: Elaborado pelo autor

Outros eventos paralelos à queda de governo também marcaram o cenário político. Em agosto de 1995, julho de 2003 e em novembro de 2022, poucos dias após a posse do atual governo, foram registradas tentativas de golpes de Estado, sem sucesso. Em 1995 foi registrada a morte de um guarda presidencial e, no golpe de 2022, quatro arguidos foram torturados até a morte no quartel militar das forças armadas, registrando episódios violentos na história do país.³ Ressalta-se que, até o presente, continuam as investigações em torno do sucedido (Seiberth, 2009).

O longo período de instabilidade política coloca em evidência o quanto a democracia em São Tomé e Príncipe está longe de ser consolidada. Com o controle dos canais de comunicação de massa pelo Estado, os canais alternativos, como jornais digitais, não chegam ao grosso da população por falta de meios de acesso. Por outro lado, a insistência de movimentos sociais de lutas políticas, têm corroborado para fraco debate sobre o estado da democracia no país.

2. INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO SISTEMA DEMOCRÁTICO SÃO-TOMENSE

Percebe-se que a democracia em São Tomé e Príncipe tem se limitado apenas à realização de eleições. Questões sobre a participação, como proposta por Pateman (1992), visando uma sociedade emancipada, encontra grandes desafios. Em meio a um subdesenvolvimento que vem se alastrando cada vez mais, a população não tem conseguido se organizar politicamente para exigir do Estado melhorias de condições de vida. Quanto mais se agravam os custos de vida e desemprego, o clientelismo político tende a aumentar. Em meio a um descaso dos dirigentes na garantia dos direitos da população, iniciativas de empreendedorismo, emigração e fé em Deus como solução dos

³Disponível em: <https://www.telanon.info/sociedade/2023/06/26/40970/clarificacao-do-massacre-de-25-de-novembro-no-quartel-do-exercito-em-stp/>. Acesso em :23/08/2023

problemas são vendidos à população para esperança num futuro melhor (Minezes, 2015; Santos, 2022).

O pouco interesse dos são-tomenses na real compreensão da sua democracia, tem sido aproveitado pelos políticos que, mesmo tendo dado prova de uma governança voltada aos interesses do povo, continuam ganhando votos e não entregando o necessário. São Tomé e Príncipe é um Estado Democrático de Direito, mas a maioria da sua população vive em condição de pobreza, enquanto políticos exibem um estilo de vida luxuoso.

Devido ao pouco incentivo à pesquisa, ainda não se tem estudos sistemáticos sobre a participação política ou movimentos sociais. Nesse sentido, o primeiro estudo que pretendeu dar luz ao debate foi desenvolvido por Nascimento (2008). O autor demonstrou que em São Tomé e Príncipe as Organizações Não Governamentais (ONG) têm assumido o papel da sociedade civil. No entanto, essas ONGs têm o foco voltado para o empreendedorismo, principalmente nas localidades rurais, com maiores vulnerabilidades. Ou seja, essas ONGs não têm como objetivo suscitar uma conscientização política. As ONGs têm atuado nas áreas como

[...] o desenvolvimento comunitário, o apoio a atividades económicas, a economia familiar, o desenvolvimento rural, a promoção da saúde de base, o ambiente e saneamento, a proteção social, a educação e a formação. Além da valorização da cidadania, genericamente considerada, realce-se a promoção da igualdade de género e a luta contra a violência sobre as mulheres e as crianças (Nascimento, 2008, p. 13-14).

Segundo o mesmo, a atividade política nunca foi uma agenda das ONGs em São Tomé e Príncipe. Muitas dessas ONGs são internacionais e seu objetivo maior é cobrir as lacunas deixadas pelo Estado. Nascimento (2008) questiona, se as ONGs podem vir a ser um mecanismo de educação política, percebendo uma tentativa de cooptar as ONGs para fins políticos dos principais partidos que têm governado o país por causa da sua popularidade.

Percebe-se que os próprios partidos políticos não têm como propósito a ampliação desse processo democrático. Nota-se que nos casos que ocorreram manifestação do governo, foram os partidos da oposição quem os convidou, mas quando os mesmos estão no poder também falham com suas promessas de campanha. Por exemplo, quando o MLSTP/PSD está no governo, o ADI convoca seus militantes a irem às ruas manifestar contra o governo de MLSTP/PSD e, quando é o ADI no governo o MLSTP/PSD, procede o mesmo. Porém, ambos partidos criticam um ao outro pelo incumprimento das mesmas promessas. Conforme Menezes (2015), não há em São Tomé e Príncipe uma dicotomia entre o partido ser de esquerda ou de direita. Todos os partidos são-tomenses são ideologicamente socialistas, algo que vem desde a independência.

De modo geral, fica evidente a necessidade de movimentos sociais de modo a proporcionar o alargamento da democracia, e dessa forma colocar em debate os principais problemas que aflige a sociedade como um todo. A luta contra o subdesenvolvimento apenas será possível mediante um processo de conscientização política que resulte em grupos organizados que reivindicam do Estado garantia dos direitos e promoção de políticas públicas de maior assistência social.

3. O SUBDESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O subdesenvolvimento é um fenômeno que sempre esteve presente na história de São Tomé e Príncipe. Ainda na era colonial (1471 a 1975), as ilhas foram usadas, em um primeiro momento, como entreposto de comércio de escravos, posteriormente passando a ser lugar de produção de matéria prima (açúcar, café e cacau) para as metrópoles com uso de trabalho escravo até 1875 e com trabalhadores contratados em condições semiescravas (Santos, 2022). Acreditava-se que o nacionalismo africano, resultaria na tomada de independência dos países africanos no século XX,

trazendo melhorias de condições de vida; porém, o mesmo não se concretizou. O maior símbolo do subdesenvolvimento nos dias atuais é o fato de existir pessoas morando nas antigas senzalas da era colonial (Santos e Carvalho, 2021).

Clientelismo, corrupção e a má gestão dos bens públicos são fatores que têm corroborado para o subdesenvolvimento do país, estando presente na política são-tomense desde a independência e prevalecendo nos dias atuais (Seiberth, 2009; Mínez, 2015). Para Santos (2022), quando se fala em subdesenvolvimento no país, a falta de vontade política aparece como o fator chave. O desequilíbrio na balança comercial demonstra essa falta de vontade política, gerando no Estado uma “incapacidade de poder se auto-sustentar, embora possua uma variada gama de produtos internos; as importações são muito superiores às exportações, ou seja, aquilo que produz não chega para suprir as necessidades” (Silva, 2014, p. 25).

O alto índice de desemprego tem contribuído para um aumento de pessoas que abandonam o país. Estudos apontam que entre 2021 e 2022 a taxa de desemprego permaneceu em 15,3%, tendo chegado em torno de 16,2% a 16,6% entre 2005 a 2007⁴. Dado esse fato, e associado a más condições dos serviços públicos, um estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Juventude de 2023 revelou que aproximadamente 80% dos jovens pretendem abandonar o país⁵.

Os dados chamam atenção para a existência de baixa capacidade Estatal. Sendo São Tomé e Príncipe um Estado insular, o próprio Estado aparece como órgão incumbido de prover melhorias de vida. No entanto, o mesmo não tem conseguido dar respostas aos desafios. Souza e Fontanelli (2020, p.43), definem a capacidade Estatal como sendo a capacidade do Estado de “decidir, formular e implantar políticas públicas”. Por outro lado, o setor privado concentrou-se no comércio de bens importados, gerando poucos postos de trabalho além de baixos salários. Logo, o país carece de uma intervenção do Estado para garantia de direitos. Atualmente o país conta com salário mínimo de 2.500 dobras (cerca de 108 dólares norte-americanos). Dado o alto custo de vida no país devido a importação dos produtos, esse montante é insuficiente para uma vida mais digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia são-tomense tem sido instável desde sua implementação em 1991. As quedas sucessivas de governo foram frequentes até 2014, fruto de conflitos de interesses entre órgãos de soberania (Presidente da República e Governo), que disputavam poder entre si. Por outro lado, o mau funcionamento dos órgãos judiciais contribuíram para longos anos de instabilidades na democracia. A falta de governos estáveis que permitissem um projeto de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo foram condicionadas tanto às crises políticas, como à má gestão e corrupção.

Além de uma democracia não consolidada é restringida a realização de eleições. A necessidade de “democratizar a democracia” no país apresenta-se como essencial para construção de uma sociedade emancipada. Inexistência de movimentos sociais e o clientelismo político não permitem o fomento de debates acerca do Estado da democracia são-tomense. A consolidação democrática é fundamental para a capacidade Estatal; dessa forma, como garantir isso em um país em que o Estado é visto como fonte de enriquecimento próprio e não de garantia de uma sociedade justa é o maior desafio colocado aos são-tomenses para um futuro melhor?

⁴ Disponível em:

<https://www.dadosmundiais.com/africa/sao-tome-principe/economia.php#:~:text=Impacto%20da%20pandemia%20de%20Covid19&text=Embora%20a%20maioria%20dos%20pa%C3%ADses,%25%20para%2015%2C4%2> Acesso em: 24/08/2023.

⁵ Disponível em:

<https://www.voaportugues.com/a/estudo-revela-que-80-por-cento-de-jovens-quadros-e-estudantes-s%C3%A3o-tomenses-querem-deixar-o-pa%C3%ADs/7020541.html>. Acesso em 24/08/2023

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Gomes. **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2001. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/774>. Acessado em: 10/08/2023.

CRUZ, Gualter Sousa Pontes da Vera. **A Democracia em S.Tomé e Príncipe**, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos. Dissertação de Mestrado – Intituto Universitário de Lisboa, 2014.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

MINEZES, Aires Bruzaca de. **Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Alto Douro: Novas Edições Acadêmica, 2015.

NASCIMENTO, Augusto. **As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas políticas**. Yaoundé :CODESRIA, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QUARESMA, Elvander dos Santos Pedro. **Economia Açucareira: São Tomé e Príncipe: Século XVI ao XVII**. São Paulo, 2017. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2017. Acessível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05042017-091736/>. Acessado em: 10/08/2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS. Ayolsé Andrade Pires dos; CARVALHO. Joelson Gonçalves de. **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão**. Revista NERA, v. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Ayolsé Andrade Pires dos. **Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe**. Araraquara, 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Acessível em: <http://hdl.handle.net/11449/237237>. Acessado em: 10/08/2023.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEIBERT, Gerhard. **A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na gênese dos partidos políticos**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en Afrique

lusophone. pp. 239-250. Acessível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_989. Acessado em: 10/08/2023.

SEIBERT, Gerhard. **Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social.** Anuário Antropológico/2014, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2: 99-120.

SEIBERT, Gerhard. **Instabilidade política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe.** In: LOBO, Marina Costa; NETO, Octavio Amorim. O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa, Lisboa ICS, 2009.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução, Laura Teixeira Motta, Schwarcz Ltda, São Paulo, 2007.

SILVA, Cila Figueiredo Lima Lopes da. **Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe.** Estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi. Dissertação de Mestrado em Engenharia Alimentar. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2014. Acessível em <http://hdl.handle.net/10400.5/8271>. Acessado em 10/08/2023.

SOUZA, Celina; FONTANELLI, Flavio. **Capacidade estatal e burocrática: sobre conceitos, dimensões e medidas.** In: Implementação de políticas e atuação de gestores públicos – experiências recentes das políticas das desigualdades, instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA 2020. Acessível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10177>. Acessado em: 10/08/2023.

TEMUDO, Marina Padrão. **De serviço a camponês: A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe.** Lusotopie, 2008. Acessível em: <http://lusotopie.revues.org/598>. Acessado em 10/08/2023

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Ayolse Andrade Pires dos Santos: conceituação, redação do manuscrito, coleta de dados, discussão dos resultados.

Etiene Villela Marroni: conceituação, análise dos dados, discussão dos resultados, revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Ayolse Andrade Pires dos Santos, residindo no Brasil desde 2015, possui graduação (UFSCar) e mestrado em Ciências Sociais (Unesp/Araraquara) e atualmente é doutorando no programa de Pós-graduação em Ciência Política pela UFPEL.

Etiene Villela Marroni, é graduada em Ciências Econômicas, mestre em Educação Ambiental e doutora em Ciência Política. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas e coordenadora do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho - CEDEPEM.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.